

Professores e modelos estrangeiros para a Educação profissional brasileira (1936/1945)

Luiz Antônio Cunha*

Resumo

Este artigo almeja refletir sobre as tentativas do Ministério da Educação e Saúde, na gestão de Gustavo Capanema (1934/1945), de contratar docentes alemães para o ensino profissional brasileiro em reforma, em 1936 e 1938, em pleno período nazista; a efetiva contratação e emprego de 29 técnicos suíços; e a preparação da colaboração norte-americana na modernização das escolas industriais da rede federal. Vital para o desenvolvimento e, particularmente, para o esforço de guerra, esse ramo do ensino não tinha alternativa interna de desenvolvimento, na amplitude demandada e na urgência ditada pelas circunstâncias, razão pela qual a alternativa que se impunha era o suprimento de quadros e metodologias estrangeiros. Os países escolhidos dependeram das conjunturas políticas, desde a nazista Alemanha até os liberais Estados Unidos, passando pela neutra Suíça na Segunda Guerra Mundial. A pesquisa beneficiou-se dos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, situado no Rio de Janeiro. No Arquivo Gustavo Capanema, sob a guarda do CPDOC, foi possível encontrar correspondência emitida e recebida pelo ministro, bem como relatórios não publicados de comissões e de quadros técnicos, fonte inestimável para a compreensão desse período.

Palavras-chave

Políticas educacionais. Educação brasileira. Relações internacionais. Estado Novo.

Abstract

This paper aims to reflect upon the attempts from both Ministries of Health and Education, during Gustavo Capanema's government (1934/1945), of hiring German instructors for the Brazilian vocational education under reform, in 1936 and 1938, in the middle of the Nazi period; the effective hiring and employment of 29 Swiss technicians; as well as the preparing of the North American cooperation in order to improve industrial schools belonging to the Federal State. Essential to the development and especially to the war effort, this field of education had no internal alternative to develop itself considering the large demand and the urgency established by the circumstances. Thus, the only alternative was to replenish boards and implement foreign methodologies. The eligibility of those countries depended on political conjectures, which ranged from the Nazi German, the neutral Switzerland in Second World War to the liberal United States. This research was benefited from the files belonging at the Centro

*Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo/Brasil) e professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: lacunha@globo.com.

de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) and the Fundação Getúlio Vargas, located in Rio de Janeiro. In the Gustavo Campanema File, under the CPDOC care, it was possible to find sent and received letters by the minister, as well as unpublished reports from commissions and technical frameworks, an inestimable source for understanding this period.

Key words

Educational policies. Brazilian Education. International Relations. New State.

A educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 oferece um bom exemplo do protagonismo do Estado brasileiro na importação de modelos educacionais e de docentes para modalidades de ensino ainda incipientes no país. Esse período pode servir para a reflexão a respeito da capacidade de escolha do Estado brasileiro diante dos centros mundiais de poder, para além da ingenuidade genérica que atribui ao “imperialismo” as mudanças e permanências no campo educacional.

A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à chefia do governo provisório, deu início a um período singular na História do Brasil, terminado em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi presidente da República, primeiro garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; depois, eleito pelo Congresso Nacional; e, por último, sustentado pelo Exército, já com o monopólio do uso da força.

A repressão aos liberais, socialistas e comunistas, extensiva aos dirigentes sindicais, iniciada em 1935, propiciou condições para o reforço dos autoritários de todos os matizes, do que resultou maior desenvoltura dos germanófilos no âmbito do Ministério da Educação, inclusive na busca de modelos e de professores na Alemanha.

Antes que os contatos entabulados com as organizações nazistas produzissem efeitos práticos, as invasões alemã da Tchecoslováquia, da Áustria e da Polônia, que conduziram já em 1940 à guerra europeia, e no ano seguinte à mundial, e o progressivo alinhamento brasileiro com os Aliados impediram o sucesso do projeto educacional germanófilo.

Este artigo almeja refletir sobre fatos pouco considerados na historiografia brasileira: as tentativas do Ministério da Educação e Saúde do Brasil, na gestão de Gustavo Capanema (1934/1945), de contratar docentes alemães para o

ensino profissional em reforma no país, em 1936 e 1938, em pleno período nazista; a efetiva contratação e emprego de 29 técnicos suíços; e a preparação da colaboração norte-americana na modernização das escolas industriais da rede federal. Para isso, foi realizada investigação nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, situado no Rio de Janeiro. No Arquivo Gustavo Capanema, sob a guarda do CPDOC, pudemos encontrar correspondência emitida e recebida pelo ministro, bem como relatórios não publicados de comissões e de quadros técnicos, fonte inestimável para a compreensão desse período.

Dois trabalhos utilizaram documentos sobre a contratação de professores estrangeiros constantes do Arquivo Capanema do CPDOC para analisar as mudanças do ensino industrial brasileiro, nos anos 1930/40. A partir de acesso pioneiro a esse arquivo, Schwartzman, Bomeny & Costa (2000) traçaram um panorama amplo da gestão de Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública. O ensino profissional não foi o interesse principal dos autores, mas eles projetaram no Liceu Industrial Nacional/Escola Técnica Nacional, instituição tida como modelar, no Rio de Janeiro, o impulso dado por docentes contratados no exterior às Faculdades de Filosofia da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil. De fato, essas universidades empregaram professores estrangeiros, mas eles eram, sobretudo, perseguidos pelos regimes totalitários e autoritários europeus: primeiro, os alemães, italianos e portugueses; depois, também os franceses. Talvez pela ênfase conferida aos contatos do Ministério da Educação com os alemães, os autores desconsideraram a reação de quadros da burocracia ministerial à submissão dessa modalidade de ensino profissional aos ditames de consultores da *Deutsche Arbeitsfront*, justamente no movimento ascendente do nazismo no plano internacional, por difusão ideológica e força militar.

Uma década depois de publicado *Tempos de Capanema*, Machado (2010) beneficiou-se desse e de outros trabalhos sobre o ensino profissional no Brasil e aprofundou a análise do processo de contratação de professores estrangeiros. Ampliando a consulta ao arquivo do CPDOC, então organizado, de consulta mais fácil e eficiente, a tese de doutoramento dessa autora focalizou a distinta posição de quadros do ministério diante do que seria um intento de entregar a solução de problema educacional brasileiro a estrangeiros, no caso a *Frente Alemã do Trabalho*, central sindical vinculada ao Partido Nazista. Para esses quadros, o caminho conveniente seria a definição prévia dos interesses nacionais, somente depois viria a contratação de docentes – e nos países onde eles se mostrassem mais capazes nas diversas especialidades.

O Brasil e os centros do poder mundial

As mudanças da política externa brasileira, nos 15 anos da era de Vargas, resultaram de uma inédita conjugação de transformações significativas, no plano interno, de ordem econômica, social e política; e, no plano externo, de um profundo reordenamento do poder mundial. Nessa década e meia, a política externa brasileira passou por dois momentos distintos e sucessivos: uma política de “equidistância pragmática” diante das grandes potências, seguida de um realinhamento com os Estados Unidos (MOURA, 1983:576).

Visto da América Latina, o reordenamento do poder mundial consistiu no recuo britânico e na constituição de dois novos polos de poder mundial, os Estados Unidos e a Alemanha, ambos recuperando-se da crise do capitalismo segundo duas vias distintas e opostas: a economia de mercado e a liberal-democracia no primeiro; o dirigismo e totalitarismo nazifascista no segundo. A União Soviética não tinha expressão comparável àqueles, no Brasil, embora o comunismo constituísse elemento importante no jogo político-ideológico, tanto no plano real quanto no imaginário.

A relação que o Brasil mantinha com os dois centros hegemônicos era, portanto, muito particular: o governo Vargas explorava as possibilidades oferecidas por ambos os centros, sem se definir por qualquer um deles. Essa indefinição não derivava apenas da ausência de um sistema de poder plenamente consolidado no plano internacional. Derivava também do fato de que na conjuntura política brasileira ocorria uma divisão completa, tanto nas instâncias centrais quanto nas instâncias inferiores de decisão, no que dizia respeito à melhor aliança para o país. O mesmo era verdade para os grupos de interesse organizados que conseguiam introduzir suas demandas nas arenas de decisão do Estado. A esse traço fundamental da política externa brasileira desse período tenho chamado de *equidistância pragmática*; não se tratava de uma trajetória retilínea, mas muito mais um movimento de aproximações alternadas ou simultâneas a um e outro centro, e que tinha como resultado alguns ganhos significativos no plano do comércio exterior e um aumento considerável do poder de barganha do governo brasileiro nos anos por vir (MOURA, 1983:580).

O movimento pró-Eixo do pêndulo ganhou impulso na radicalização político-ideológica que se seguiu à promulgação da Constituição de 1934. A eleição de Vargas para a presidência da República, agora com base legal, não amorteceu os conflitos políticos. Ao contrário, os intensificou e radicalizou posições, polarizadas

pela Ação Integralista Brasileira (AIB) e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A Ação Integralista Brasileira foi um movimento de inspiração fascista criado em 1932 sob a liderança de Plínio Salgado, que contava com forte base de massa nas camadas médias urbanas e no meio rural, assim como numerosos simpatizantes no governo, no clero católico e nas forças armadas¹.

A ideologia da AIB expressava-se, sinteticamente, no lema “Deus, Pátria e Família”, proclamava a excelência dos valores cristãos, aqueles ensinados para facilitar a aceitação da ordem estabelecida e do destino; a primazia dos valores rústicos; a precedência dos interesses do Estado sobre os interesses particulares, dos indivíduos ou das classes sociais, principalmente os que ameaçavam a ordem estabelecida. Propunha a solução dos conflitos entre capital e trabalho pela representação política exclusivamente corporativa, juntando patrões e empregados em comissões, sob arbitragem estatal, como propugnava a encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII. Insurgia-se contra a “burguesia”, entendida como um “estado de espírito” considerado esnobe, fraco diante dos “desafios dos tempos que correm” e das “necessidades da pátria”. Insurgia-se, com furor ainda maior, contra o “bolchevismo” e os “bolchevistas,” assim qualificados todo o pensamento e todos os movimentos, grupos, partidos e indivíduos que se orientassem pelas reivindicações das classes trabalhadoras. O integralismo incorporou, com adaptações à cor local, o uso dos símbolos, a hierarquia e o estilo de mobilização do fascismo europeu: em vez do *fascio*, a letra grega sigma; no lugar do *duce*, o *chefe nacional*; como naquele, a saudação com o braço direito estendido para cima, ao brado nativista *anauê*; milícias paramilitares; as organizações de juventude e de mulheres.

No outro extremo do espectro político, trabalhadores, setores das camadas médias e a ala esquerda dos militares insurgentes constituíram a Aliança Nacional Libertadora, segundo o formato europeu de frente única antifascista. Seu presidente de honra era Luiz Carlos Prestes, líder da mais importante das insurreições militares antioligárquicas, e que havia, recentemente, se filiado ao Partido Comunista. O programa da ANL defendia, entre outros pontos, a liberdade de manifestação e organização política, o cancelamento das dívidas externas, a nacionalização das empresas estrangeiras, a desapropriação dos latifúndios e a entrega das terras aos trabalhadores, o fim do pagamento de “foro”, e a defesa das pequenas e médias empresas e propriedades.

A luta ideológica da ANL contra o fascismo se expressava por numerosos

¹ Para uma análise das afinidades do integralismo com o fascismo, remetemos o leitor a Trindade (1974).

comícios, numa ascensão vertiginosa do movimento das massas. Ameaçadas, as classes dominantes e os setores direitistas das camadas médias conseguiram a aprovação, pelo Congresso, da lei de Segurança Nacional, utilizada para reprimir os sindicatos dos trabalhadores, base da ANL, até que esta foi fechada por decreto de Vargas, em julho de 1935. Intensificaram-se as prisões de seus membros, mas, também, de todos os que fossem definidos, pela polícia política, como seus simpatizantes. Assim, numerosos liberais foram presos e outros sofreram represálias como a perda dos cargos que ocupavam na burocracia do Estado.

Posta fora da lei, a ANL foi abandonada pela maioria dos filiados das camadas médias, justamente os que defendiam princípios democrático-liberais. Em consequência, aumentou o peso político dos que se orientavam pelo golpismo. Em novembro de 1935, houve levantes militares no Rio de Janeiro, em Recife e em Natal, que forneceram o alibi para a nova e mais violenta onda repressora contra as lideranças dos trabalhadores e das camadas médias. Luiz Carlos Prestes foi preso com sua mulher Olga Benário, cidadã alemã e agente do *Komintern*², que, mesmo grávida, foi entregue à Gestapo.

Diante de graves problemas econômicos, efeitos, por sua vez, da crise norte-americana, um novo golpe de Estado foi desfechado a partir de dentro do próprio Estado. Em novembro de 1937, o Senado e a Câmara dos Deputados foram fechados pelas Forças Armadas e dissolvidos todos os partidos políticos, proibidas as milícias, os uniformes e as insígnias. Uma nova Constituição foi outorgada, inaugurando o Estado Novo, denominação emprestada ao regime autoritário português. A repressão política e ideológica foi a mais intensa desde o fim da Primeira República.

À medida que a repressão fazia sentir seus efeitos, a Ação Integralista Brasileira, sem a confrontação ideológica da Aliança Nacional Libertadora, e facilitada no seu proselitismo pelo clima anticomunista, via crescer suas milícias, recebia novas adesões. Tudo fazia crer que estava para se instalar no Brasil um regime fascista segundo o modelo italiano. Com efeito, logo após o golpe de 1937, os integralistas pensaram ter chegado a hora da implantação de um regime político totalitário no país. Vargas os animava e chegou a prometer a Plínio

² A Terceira Internacional Socialista, conhecida pela sigla *Komintern*, coordenava os partidos comunistas alinhados com o soviético em todo o mundo. Em novembro de 1936, a Alemanha e o Japão firmaram um pacto de luta contra a influência comunista no mundo, ao qual a Itália aderiu no ano seguinte. Governos de países situados nas esferas de influência dos dois primeiros também se juntaram a eles, como a Hungria e o Manchukuo. O Pacto *Anti-Komintern* era de natureza sobretudo ideológica, mais amplo do que o Eixo Berlim-Roma-Tóquio, de natureza propriamente militar. A Espanha aderiu ao pacto, em retribuição ao apoio teuto-italiano a Franco na guerra civil, sem, contudo, integrar o Eixo.

Salgado o Ministério da Educação no novo regime. Houve manifestações das milícias integralistas em todo o país (a do Rio de Janeiro foi assistida por Vargas), anunciando a nova aliança. Entretanto, ela não era aceitável pela burocracia do Estado, principalmente pelo Exército. Ele não poderia tolerar a existência de um partido composto de milícias, dotado de organização paramilitar, um possível contestador do monopólio tão duramente conseguido.

Com os liberais e os esquerdistas postos na cadeia, desde 1935, o novo regime pôde se dedicar à repressão às bases da AIB, para o quê contou com a inesperada colaboração de um frustrado atentado ao presidente da República, perpetrado por um grupo de oficiais integralistas inconformados com as protelações de Vargas. Em reação, as sedes integralistas foram fechadas e foram proibidas todas as manifestações políticas da organização. O *chefe nacional* foi confinado e logo despachado para Lisboa, onde, sem o status de asilado, usufruiu da hospitalidade do Estado Novo de Salazar e se manteve com subsídios do Estado Novo de Vargas. Destino menos generoso tiveram numerosos dirigentes de base, que não aceitaram a cooptação nem a desmobilização forçada.

Junto com as instituições integralistas, o Estado Novo fechou todas as organizações estrangeiras que atuavam no Brasil, inclusive as do Eixo. As organizações alemãs, as mais ostensivamente atuantes, especialmente em meio à população de origem germânica do sul do país, compreendiam uma seção do Partido Nacional-Socialista, e outras, semidependentes dele, como a Organização da Juventude Germano-Brasileira, a Associação de Trabalho das Mulheres Nacional-Socialistas, a Associação dos Professores Nacional-Socialistas e a Frente Alemã do Trabalho (SEITENFUS, 1983:636).

Em 1938 teve início a política de nacionalização das colônias estrangeiras. Os não brasileiros foram impedidos de exercer atividades políticas; o ensino foi nacionalizado, a começar com o uso obrigatório da língua portuguesa nas escolas; a imprensa em língua estrangeira foi proibida.

A repressão às bases da AIB, depois do fracassado levante integralista, a política de nacionalização das colônias estrangeiras, sobretudo a recusa de Vargas de integrar o Pacto Anti-*Komintern*, levaram o governo alemão a concluir pela impossibilidade de ter Vargas ao lado do Eixo. Em reação, o embaixador alemão iniciou intenso ataque ao governo brasileiro na imprensa germanófila, gerando uma crise que culminou na qualificação de *persona non grata* e sua consequente substituição. Reativamente, o mesmo aconteceu, em Berlim, com relação ao embaixador brasileiro.

Com efeito, apesar do padrão autoritário do regime presidido por Vargas,

o governo brasileiro passou a aproximar-se dos Estados Unidos, que incluiu a nomeação, em 1938, de Osvaldo Aranha, então embaixador em Washington, para ministro das Relações Exteriores. Os Estados Unidos, por sua vez, concederam os créditos, a assistência técnica e as prioridades industriais para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, antiga demanda dos militares e dos defensores da industrialização do Brasil.

Apesar disso, o governo brasileiro seguia dividido numa corrente a favor do polo nazifascista e outra a favor do polo liberal, no gradiente em que se distribuíam os países capitalistas. As vitórias militares obtidas pelo Eixo em 1940 permitiram que o setor pró-Eixo continuasse com poder, mesmo depois da Conferência de Havana que, nesse ano, selou a solidariedade continental das Américas.

Entretanto, o processo de realinhamento seguiu seu curso. Em janeiro de 1942, um mês depois do ataque japonês a Pearl Harbour, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo e cedeu bases militares no Nordeste do país aos Estados Unidos. A “equidistância pragmática” foi substituída, então, pelo realinhamento pró-Aliados (à época, Grã-Bretanha e Estados Unidos).

Em consequência desse posicionamento beligerante, a Marinha alemã desfechou ataques contra navios mercantes brasileiros, afundando 13 deles nos seis meses que vão de fevereiro a agosto de 1942. Em 21 de agosto desse ano, o governo brasileiro declarou guerra ao Eixo e começou a preparar uma força expedicionária, cujo primeiro escalão partiu para a Itália em julho de 1944, integrando-se no V Exército dos Estados Unidos, tendo seguido, também, para aquele teatro de operações um grupo de aviação de caça. Estava completo o movimento de realinhamento político com os Estados Unidos, que contou com a URSS entre os aliados, a partir da invasão alemã, em junho de 1941.

Os partidários da hegemonia norte-americana patrocinaram associações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos. As entidades com simpatias à esquerda, inclusive a União Nacional de Estudantes, viram nessa contradição a oportunidade de fazer propaganda antifascista e, por extensão, contra o Estado Novo. Multiplicaram-se, então, associações desse tipo, surgindo a União Cultural Brasil-Estados Unidos, fundada em São Paulo pelos presidentes dos centros acadêmicos.

As políticas de formação da força de trabalho

No que diz respeito à formação da força de trabalho diretamente ligada à

produção, especialmente a do setor industrial, as políticas educacionais da Era de Vargas foram herdeiras de antigas ideologias. A novidade, particularmente no Estado Novo, diante dos períodos anteriores, é que houve condições objetivas para a industrialização do país, de modo que essas ideologias puderam efetivar-se em medidas concretas, para além das declarações de intenção.

Nos cem anos que antecederam a Revolução de 1930, a economia brasileira vinha se desenvolvendo integrada no capitalismo “internacional” como exportadora de alimentos e matérias-primas, e importadora de bens industrializados e combustíveis, até que as contradições geradas por esse desenvolvimento determinaram a progressiva substituição de importações por manufaturados locais. A partir de 1937, o Estado assumiu um novo papel, intervindo direta e intensamente na economia, promovendo a industrialização.

O Estado Novo assumiu a industrialização como meta, e é provável que essa opção tenha determinado (ou, pelo menos, reforçado) a preocupação com a qualificação da força de trabalho, manifesta na Constituição outorgada em 1937. Era fácil deduzir que a política projetada de substituição de importações iria necessitar, a curto prazo, de contingentes adicionais de trabalhadores qualificados, que não estavam disponíveis.

No plano externo, o envolvimento direto na guerra da Europa e o dos Estados Unidos, estes como fornecedores e em processo intenso de mobilização militar, criou condições propícias para a substituição de importações por mercadorias produzidas no Brasil. Para isso, abriram-se novas fábricas e expandiram-se as já existentes. A substituição de importações exigiu uma quantidade adicional de trabalhadores não facilmente improvisáveis, principalmente no caso dos qualificados. A intensificação da produção industrial se fez, também, nos setores chamados tradicionais, que tiveram suas exportações bastante aumentadas. Os países beligerantes concentraram sua capacidade produtiva nos equipamentos militares, abrindo espaço para mercadorias dos países periféricos, fosse para seu próprio consumo interno, fosse para o consumo de outros países, também periféricos.

A lei 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova estrutura ao Ministério da Educação e Saúde (criado em novembro de 1930), transformou as escolas de aprendizes-artífices e a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás em liceus industriais. Tratava-se de algo mais do que atribuir valor simbólico àquelas escolas. Transformadas em liceus, elas passaram a atuar exclusivamente no nível pós-primário, vale dizer, com alunos mais selecionados, o que possibilitava a implementação de currículos mais complexos. A mesma lei previu recursos para

a reforma das escolas existentes e a criação de novas, além da autorização para desapropriação de terrenos para a construção das instalações do Liceu Industrial Nacional, no Rio de Janeiro. A rede federal de educação profissional ganhou, assim, condições para as mudanças que vieram nos anos seguintes. A Constituição de novembro de 1937 determinou um papel inédito para o Estado, as empresas e os sindicatos na formação profissional das “classes menos favorecidas”. O artigo 129 determinava:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Pela primeira vez, no Brasil, o Estado atribuiu às empresas industriais o dever de formar sistematicamente, em escolas, os seus aprendizes. Com esse dispositivo, incorporou a experiência alemã da segunda metade do século XIX, que foi assimilada pelos países industrializados de forma mais ou menos espontânea. A Constituição determinava que também os sindicatos mantivessem escolas de aprendizes para os filhos dos seus associados.

Passar da determinação legal para a prática não foi tarefa fácil nem rápida. Entre 1938 e 1941, várias comissões elaboraram minutas de decretos-leis regulamentando aquele dispositivo constitucional, que, submetidas à análise do empresariado industrial, foram rejeitadas. Somente depois da intervenção direta de Vargas, que empregou o poder discricionário que o regime autoritário lhe conferia, os industriais concordaram com esse encargo financeiro, administrativo e pedagógico, cujo produto, aliás, lhes beneficiaria diretamente (CUNHA, 2005b:24-48).

O formato institucional definido pelo decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, consistiu na aprendizagem destinada a trabalhadores menores de idade, remunerados pelas empresas empregadoras, na criação de um órgão privado encarregado de ministrar cursos em nome de todas elas, dirigido pelos próprios industriais, por intermédio dos sindicatos patronais, financiado com recursos recolhidos pelos empresários via institutos de aposentadorias e pensões. Essa

entidade *sui generis*, privada no financiamento e na gestão, mas criada por ato do poder público, foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Proposta, então, antes do início da guerra, a institucionalização da aprendizagem industrial sistemática só ocorreu mesmo depois de eclodido o conflito, quando o envolvimento direto do Brasil era dado como certo.

Paralelamente às gestões para a institucionalização da aprendizagem sistemática, o Ministério da Educação organizou uma comissão para elaborar as diretrizes do ensino industrial em todo o país, abrangendo as escolas de níveis primário e médio mantidas pelo poder público e pelos particulares. Em fins de 1941, a comissão concluiu sua proposta, que foi submetida ao presidente da República, em princípios de janeiro, junto com o projeto de criação do Senai. Cada projeto tinha uma orientação distinta, que se pode associar à prioridade conferida à “escola-oficina” ou à “oficina-escola”, como já tinha se manifestado em São Paulo na década de 1920 (CUNHA, 2005a:119-120). A primeira era a preferida do Ministério da Educação, e a segunda, de inspiração alemã, do Ministério do Trabalho. A “oficina-escola” existia no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, mantido pelo estado de São Paulo e pelas empresas paulistas de transporte ferroviário.

A “lei” orgânica do ensino industrial, na verdade decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, resultou de uma composição entre os interesses conflitantes do Ministério do Trabalho (quando seu titular era Valdemar Falcão) e do Ministério da Educação (a cargo de Gustavo Capanema). A prevalecer a orientação deste último, os cursos de aprendizagem seriam apenas uma das modalidades previstas para as escolas industriais, não cabendo, portanto, nenhuma regulamentação específica. Como prevaleceu a orientação contrária, ou seja, da montagem de todo um sistema próprio para a aprendizagem industrial, custeado e gerido pelo patronato, a “lei” orgânica resultou de uma solução salomônica: a aprendizagem foi apresentada como uma das modalidades de formação da força de trabalho diretamente ligada à produção, que admitia seu oferecimento por escolas ou por “serviços” especializados.

Em visão retrospectiva, não há dúvida de que o principal efeito da “lei” orgânica do ensino industrial foi no segundo ciclo, isto é, nos cursos técnicos propriamente ditos, os quais se beneficiaram do elevado desempenho da rede federal. O Senai, por sua vez, mostrou sua eficácia na qualificação dos trabalhadores diretos, a ponto de levar ao atrofamento do primeiro ciclo do ensino industrial. Em poucas palavras, a “oficina-escola” prevaleceu na qualificação dos operários, e a “escola-oficina”, na dos técnicos.

A conexão alemã

Naqueles tempos de prestígio ascendente da Alemanha nazista no Brasil, dois emissários foram enviados pelo ministro Gustavo Capanema a Berlim, tratando, cada um a seu modo e com seu foco, da contribuição alemã para o ensino industrial brasileiro – Antônio de Sá Pereira em 1936 e Rodolfo Fuchs em 1938, ambos quadros técnicos do Ministério da Educação.

Antônio Leal de Sá Pereira nasceu na Bahia, fez o curso secundário na Alemanha, estudou química e dedicou-se à música. De volta ao Brasil, fundou o Conservatório de Música de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Transferiu-se para São Paulo, onde lecionou piano e fundou uma revista dedicada à música. Em 1931 foi convidado pelo ministro da Educação Francisco Campos para integrar a comissão encarregada da reforma do ensino da música no país. Em 1932 passou a integrar o corpo docente da Escola de Música da Universidade do Rio de Janeiro, ocupando a cátedra de Pedagogia Musical.

Pelo que pudemos depreender dos documentos do Arquivo Capanema, Sá Pereira foi o primeiro emissário brasileiro a sondar, oficialmente, na Alemanha, a possibilidade de contratação de professores para o ensino industrial. Pelo que se pode depreender de carta sua enviada de Berlim a Gustavo Capanema, em 26 de maio de 1936, a ideia da missão foi do próprio ministro (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.262, rolo 43, fotograma 271 e 272). Segue uma súmula da carta. A viagem à Europa foi motivada pela participação de Sá Pereira no Congresso de Educação Musical em Praga, na Tchecoslováquia. Terminado o congresso, partiu para Berlim, onde o embaixador o pôs em contato com o *Aussenpolitisches Amt* (Seção dos Negócios Estrangeiros do Partido Nacional Socialista). Essa entidade pôs um “alto funcionário” à sua disposição, que lhe apresentou às “personalidades mais competentes”, capazes de lhe prestar “as mais completas informações”. O emissário de Capanema ficou impressionado “com a formidável organização que reina neste país”.

Em vez de levá-lo ao Ministério da Educação, o prestimoso agente do Partido Nazista conduziu-o ao *Deutsche Arbeitsfront* (Frente Alemã do Trabalho), concorrente daquele na oferta da educação profissional.

Essa organização era o equivalente político do aparato sindical social-democrata, que fora demolido pelo regime nazista. Ela era o braço do partido no mundo do trabalho, intermediando tanto o emprego quanto a demissão, para o que contava com minucioso registro da vida funcional de cada trabalhador. Ademais do lazer, a organização exercia direto controle político dos trabalhadores,

que se estendia a cada unidade industrial e comercial, mediante estrutura celular.

Além dessa ampla gama de atividades, a organização também atuava na educação profissional para menores, para o quê mantinha uma rede de escolas, as quais operavam em articulação com as empresas, onde se desenvolvia a aprendizagem em contato direto com a produção. Em consequência, a Frente Alemã do Trabalho gerou uma dualidade no sistema de educação profissional, em competição direta com o Ministério da Educação.

Diante da exposição que os anfitriões da Frente Alemã do Trabalho lhe fizeram sobre as escolas profissionais, Sá Pereira foi enfático em qualificá-las de modelar.

O emissário brasileiro abordou a questão da contratação de professores para as escolas industriais, diante do que os interlocutores alemães disseram não ser isso possível de maneira tão vaga. Melhor seria o governo brasileiro contratar, inicialmente, um especialista alemão, “escolhido entre os atuais organizadores do admirável plano do ensino profissional do Terceiro Reich”. Acompanhado de dois ou três auxiliares, ele conheceria *in loco* nossas possibilidades, as falhas e lacunas mais graves. Proporia, então, ao governo brasileiro, as medidas mais urgentes a tomar, indicando os instrutores de que nossas escolas precisariam (ver fac-símile anexo). Essas condições foram formalizadas em carta endereçada a Sá Pereira, ainda em Berlim, cuja fotocópia foi enviada ao ministro Capanema. A carta dá conta de outros assuntos, pelo que fica clara a atribuição de tarefas pelo ministro.

Capanema não respondeu imediatamente ao emissário, que permaneceu em Berlim, à espera do posicionamento do ministro. Uma comissão foi constituída para analisar a carta de Sá Pereira. Infelizmente, não foi possível conhecer sua composição, mas tudo indica ter sido uma composição informal, da qual só conheci o nome de seu presidente, Leon Renault, especialista em educação profissional atuante em Minas Gerais (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2, rolo 43, fotogramas 273 e 274).

Minuciosa na análise, a comissão mencionada por Renault destacou tópicos da entusiástica carta e os comentou. De um modo geral, foram apresentadas informações que mostravam que a eficiência do ensino profissional alemão dependia de elementos externos a ele, nenhum deles encontrável no Brasil, como a inexistência de analfabetos entre os trabalhadores e a persistência de “uma tradição vigorosa e profunda constituída pelo prolongamento dos espíritos da organização do operariado da idade média, que os séculos não conseguiram apagar”. Sobre a vinda ao Brasil de especialista alemão para dizer de nossas

necessidades, a comissão foi enfática: “A solução alvitrada não atende, de modo nenhum, aos interesses e necessidades do ensino profissional. Um especialista alemão, por mais tempo que aqui permanecesse, nunca formaria uma ideia completa e perfeita de nossas necessidades”.

Além da dificuldade da língua a “psicologia” de nosso povo era muito diferente da sua. E mais: “Nunca poderemos entregar a solução de um problema educacional brasileiro a estrangeiros”.

Em vez da via sugerida pela Frente Alemã do Trabalho a Sá Pereira e repassada por ele ao ministro Capanema, a comissão entendeu conveniente enviar brasileiros para conhecer a educação alemã. Contratar técnicos para ensinarem nas nossas escolas, sim, mas eles deveriam provir de distintos países. Além da Alemanha, outros países poderiam ser fontes para o reforço do corpo docente de nossos liceus industriais. Os 30 técnicos a serem contratados (efetivo estimado pela comissão) deveriam vir de sete países, cada um deles com suas especialidades preferenciais, pela excelência de sua produção. As especialidades destacadas de cada país foram as seguintes:

Alemanha: marcenaria, fototécnica, litografia, ajustagem mecânica, indústrias químicas (adubos, explosivos, inseticidas, fungicidas, tintas, esmaltes, vernizes, matérias graxas e produtos farmacêuticos), couros e peles;

França: encadernação artística, cinzelagem, fundição artística, decoração de interiores, cerâmica, avicultura;

Suíça: mecânica de precisão, laticínios;

Itália: apicultura, sericultura e vitivinicultura;

Espanha: cantaria e estatuária;

Portugal: horticultura;

Estados Unidos: eletrotécnica.

A listagem não ficou restrita ao setor industrial, pois incluiu atividades agrícolas e artesanais. Extrapolou a Europa, incluindo os Estados Unidos, que compareceram com apenas uma especialidade. Artes gráficas, mecânica e química eram os setores que faziam da Alemanha a fonte mais importante de suprimento de técnicos. Em segundo lugar vinha a França, com destaque para o artesanato artístico.

Capanema acolheu em tudo a proposta da comissão presidida por Renault.

Ainda na Europa, Sá Pereira recebeu resposta de sua carta um mês depois. Assim se manifestou o ministro:

Continua de pé a ideia da vinda de técnicos alemães. Não desejo, entretanto, convidar um especialista de organização do ensino profissional, em geral, pois temos aqui vários elementos com uma visão larga do conjunto. O que nos interessa vivamente são os técnicos de cada especialidade do ensino profissional recrutados nos países onde essas especialidades alcançaram maior desenvolvimento (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2, rolo 43, fotograma 275).

O ministro insistiu na contratação de técnicos em diversas especialidades, sem a sanção de um consultor alemão, justamente as especialidades listadas na carta assinada por Léon Renault.

O Arquivo Capanema não contém material que permita conhecer alguma ação posterior de Sá Pereira nem de seus interlocutores alemães. Novo documento veio pôr em relevo a atuação de outro brasileiro.

A comissão brasileira no Congresso Internacional do Ensino Técnico de 1938, realizado em Berlim, foi constituída de Nereu Sampaio, professor do Liceu Nacional, cujo prédio estava em construção no Rio de Janeiro, e Rodolfo Fuchs, inspetor regional do ensino industrial do Ministério da Educação no Nordeste³.

Além de participar do congresso, Fuchs visitou instituições de educação profissional na Alemanha e na França. Anexo ao relatório de sua viagem, o ministro recebeu o texto intitulado *O ensino profissional na Alemanha – 1938*, redigido por Fuchs, com 72 páginas.

A carta e o relatório de Fuchs foram enviados ao ministro Capanema com data de 14 de outubro de 1938 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1935.12.00 rolo 37, fotogramas 685 a 759). No extenso texto, o teuto-brasileiro defendeu, incisivamente, o modelo alemão para o ensino industrial no Brasil. Vou sumariá-lo a seguir.

Os elogios de Fuchs dividiram-se entre tradição da organização corporativa do trabalho e da aprendizagem profissional, que associava o trabalho do mestre,

³Gaúcho de ascendência alemã, Rodolfo Fuchs formou-se na Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1923. João Lüderitz, seu professor e diretor da instituição, dirigiu o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a que estavam afetas as Escolas de Aprendizes Artífices. Em 1928, Fuchs foi contratado como engenheiro civil por esse Serviço e enviado a Pernambuco, onde dirigiu a Escola de Aprendizes Artífices do Recife. Após a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, por efeito da lei 378/37, Fuchs foi promovido a inspetor do ensino industrial da 4ª Região, que compreendia os estados do Rio Grande Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas.

no próprio local da produção, com escolas especiais; e a “revolução nacional-socialista” que teria assumido essa tradição, “conferindo-lhe um vigor inaudito”. Outra virtude do governo nazista foi tornar obrigatória a frequência regular de escola profissional para todos os adolescentes, entre 14 e 18 anos. A imposição da formação profissional só poderia funcionar mesmo num regime político que combateu os males do liberalismo. “Oxalá o Brasil, à sombra da Constituição de 10 de novembro [de 1937, LAC], encontre o caminho que o conduza à realização desse sonho.”

A ideologia nazista teria sido decisiva, também, para propiciar uma concepção de educação integral, descartando a ênfase puramente intelectual dos países liberais.

O nacional-socialismo quer o indivíduo todo, inteiro, para si. E por isso, a sua pedagogia considera o homem no seu tríplice aspecto: corpo, alma e espírito, colocando, em primeiro lugar, a formação de um corpo forte e sadio, depois a consolidação do caráter e, em terceiro lugar, o desenvolvimento das faculdades intelectuais. Este é o objetivo geral da educação alemã e em nenhum outro ramo essa tendência se revela mais claramente do que no ensino profissional. (...) É, a nosso ver, a primeira tentativa feita por uma nação para fazer a educação integral do homem.

Sem a ênfase intelectualista, a educação ministrada nas escolas profissionais simplificou os estudos teóricos, reduzindo-os ao mínimo, “suprimindo completamente o inútil” e inserindo, no seu lugar, conteúdos morais e cívicos. Em vez de noções livrescas, esses conteúdos diziam respeito aos deveres relativos ao partido, à nação e ao *führer*.

O capítulo final do relatório foi denominado “confronto necessário”, no qual Fuchs comparou a Alemanha com a França, e ambas com o Brasil, num trinômio que ele pretendia formasse o binômio teuto-brasileiro. A comparação entre os dois países foi montada de modo a evidenciar a excelência desta.⁴

O que a Alemanha realizou a França apenas pretendia fazer, isto é, a obrigatoriedade do ensino profissional, coisa que Fuchs duvidava de que ela conseguisse. Enquanto a França estava voltada para a democracia, a Alemanha encarnava “um regime autoritário integral”. “Os resultados colhidos pela Alemanha são tão extraordinários que não deveríamos ter receio de aplicar os

⁴O contraponto entre a Alemanha e a França era correlato às posições de Léon Renault, descendente de franceses, e as de Rodolfo Fuchs, descendente de alemães, como se cada um estivesse a defender políticas dos governos dos países de onde emigraram seus pais para o Brasil.

processos de que ela lançou mão para desenvolver o seu ensino profissional ao nosso país.”

O sucesso alemão e a convergência legal da França, todavia ineficaz, deveriam servir de ensinamento e alerta para o Brasil, onde existiriam pessoas resistentes à instituição da obrigatoriedade do ensino profissional.

Mas, se ainda isso não os convencer, que tenham então a hombridade de assumir o papel de coveiros do nosso futuro e abdicar à função cômoda de conselheiros da prudência e profetas de um falho nacionalismo que nesse caso não representa senão a prova das suas próprias dúvidas e a falta de coragem para tomar uma resolução. Porque não tenhamos a menor ilusão a esse respeito: ou o Brasil resolve dar um rumo seguro e acertado ao ensino profissional, ou dentro de pouco estaremos presenciando servirem tais reivindicações de arma de combate dos incansáveis agitadores comunistas, tal como se pode ver em Paris, onde o Partido Comunista ainda hoje se serve dela para agitar o operariado, apesar do governo francês já haver adotado uma legislação que excede em benefícios às exigências tardias daquele partido. E se o nosso operariado se encontra coeso e decidido ao lado do governo, não pensemos, porém, que isso perdurará sempre. Os motivos principais dessa atitude são a gratidão pelos benefícios recebidos da legislação revolucionária e a admiração votada ao Chefe da Nação. Mas a gratidão e o reconhecimento são sentimentos pouco duráveis; dentro de 10 anos, todo o operariado julgará os favores recebidos como normais e estará disposto a deixar-se embair pelo primeiro agitador hábil que se manifestar entre eles. O governo então os apaziguará com novas concessões possíveis ou impossíveis, se antes não tiver procurado agir de um modo decisivo sobre a mentalidade do operariado. Modo de ação que não consiste apenas em proporcionar-lhe, pela instrução profissional, conhecimentos técnicos necessários, mas uma compreensão mais larga para as realidades político-sociais da nação, através da formação cívica e moral do futuro operário. Nada ou quase nada se faz no Brasil no sentido de desenvolver esse sentimento no indivíduo. Esse crime começa na escola primária e consuma-se no curso secundário, no qual à falta de elementos positivos ainda se junta, às vezes, a ação nefasta de certos professores de história pátria, que pensam demonstrar erudição, contando anedotas ou traços ridículos dos nossos grandes homens e heróis.

O arquivo Capanema não contém documento que registre a reação do ministro às recomendações de Fuchs.

Três anos depois de enviado ao ministro, o relatório de Fuchs sobre o ensino profissional na Alemanha foi publicado em três números de *Formação – Revista Brasileira de Educação*, editada no Rio de Janeiro, de março a maio de 1941⁵. O texto sofreu pequena revisão formal, mas foi acrescentada nota que diz ter sido ele apresentado no V Congresso Internacional de Ensino Profissional em Berlim. Isso não é verdadeiro, pois o autor disse, em carta a Capanema, que não havia levado nenhuma tese, limitando-se a assistir aos trabalhos do evento, após o quê realizou entrevistas e visitas, na Alemanha e na França.

Para um leitor apressado, o texto publicado em 1941 pode padecer de um irremovível anacronismo. O governo brasileiro já havia se aproximado dos Estados Unidos, com Osvaldo Aranha ministro das Relações Exteriores; e a França estava ocupada pela Alemanha havia um ano, com sua região livre, governada de Vichy, submetida a um regime autoritário, que em nada lembrava o tom democrático da III República. Todavia, a atualidade do artigo de Fuchs pode ser percebida na luta que se desenvolvia no Brasil entre a concepção francesa da educação profissional, da escola-oficina, e a alemã, da oficina-escola, cada uma delas sustentada por um ministério, respectivamente, o da Educação e o do Trabalho. Fuchs não escondia sua preferência pela concepção alemã, cujo sucesso atribuía tanto ao nacional-socialismo quanto às práticas herdadas por esse regime político, a exemplo da contribuição dos empregadores para a formação profissional dos trabalhadores, tanto no financiamento quanto no deslocamento de mestres para o ensino nas oficinas, em regime de alternância. A propósito, depois de listar as atribuições dos empregadores para com as escolas profissionais de primeiro grau, Fuchs escreveu:

É supérfluo dizer que, na Alemanha, ninguém se espanta com essas exigências. Entre nós, se fôssemos pedir a metade de tudo isso, as indústrias ameaçariam de fechar os seus estabelecimentos. Também ninguém procura fugir ou iludir a essa obrigação. É considerada vantajosa para o progresso industrial do país. Para fazer justiça completa, não se perca de vista que a legislação vigente foi reclamada pelas corporações profissionais, e não imposta pelo governo (FUCHS, 1941, nº 34: 53).

⁵A julgar pelo nº 34, de maio de 1941, essa revista tinha uma ostensiva orientação germanófila. Estranhamente, para uma revista de educação, o artigo que seguia a última parte do de Fuchs, era intitulado “O que são os paraquedistas alemães”, assinado pelo barão von Medem. Em quatro páginas, o autor teceu elogios à tropa aerotransportada que invadiu a Holanda, tomou Roterdam e as posições estratégicas daquele país no ataque que culminou na ocupação dos Países Baixos e da França, bem como na retirada da Força Expedicionária Britânica em Dunquerque. Nenhuma palavra sobre a educação, pelo menos no sentido estrito.

Enquanto isso, no Brasil, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo resistiu o quanto pôde às induções do governo para fazer os empregadores assumirem as responsabilidades de formação da força de trabalho que eles próprios iriam consumir. E só as aceitaram depois de pressões irresistíveis. O decreto-lei 4.048/42, decidiu a vitória da concepção alemã para a formação dos trabalhadores diretos, no setor industrial, mas o decreto-lei 4.073/42, a vitória da concepção francesa para os trabalhadores indiretos, isto é, os técnicos de nível médio (ensino industrial de segundo grau).

As menções às características e virtudes do ensino profissional alemão por Fuchs e Sá Pereira são tão parecidas, mesmo após decorridos dois anos entre suas visitas, que sugerem a suposição de que ambos acolheram, assimilaram e traduziram a propaganda nazista que lhes foi apresentada pelos cicerones. Fuchs foi além no acolhimento do sucesso internacional do nacional-socialismo. Em 1938, a expansão alemã fez-se sentir na anexação da Áustria ao Terceiro Reich, na ocupação da Tchecoslováquia e na bem-sucedida intervenção na Espanha, que viabilizou a derrota da República pelo nacional-catolicismo do general Francisco Franco. Nesse ano, o Estado Novo brasileiro convergia com o Estado nazista alemão no combate à maçonaria, ao comunismo e ao liberalismo, com ambas as polícias políticas colaborando na troca de informações e até de prisioneiros.

A conexão suíça

Quatro meses antes da invasão da Polônia pela Alemanha, que marcou o início da Segunda Guerra Mundial (facilmente previsível pelos movimentos agressivos das tropas daquele país, desde a invasão dos Sudetos), o embaixador brasileiro na Suíça assinou documento que mostrou a existência de uma translação para esse país das atenções de autoridades brasileiras, visando à contratação de professores para o ensino profissional.

Com efeito, o embaixador brasileiro em Berna, Mário de Barros e Vasconcelos, enviou carta ao ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, em 29 de maio de 1939 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43 fotograma 289), cujo conteúdo apontava exatamente nessa direção. Mostrando conhecer a busca de professores estrangeiros para os liceus industriais, pelo ministro da Educação, o embaixador tomou providências para traçar rota distinta da alemã, mas não foi possível saber se tal iniciativa foi sua ou do ministro Aranha, para a qual Barros e Vasconcelos teria oferecido base material.

De um modo ou de outro, a carta começou dizendo que a Suíça “dispõe, presentemente, de grande número de professores, mestres e artífices de comprovada competência e que não têm, aqui, seus meios de subsistência bem assegurados”. Em conversa com Philipp Etter, presidente da Confederação Helvética, o embaixador teria aludido à conveniência de intensificar o intercâmbio intelectual entre os dois países, diante do que o dirigente suíço teria feito referência à disponibilidade daqueles profissionais devido à “precariedade de suas condições de vida”⁶. O decorrer da conversa teria abordado condições de contratação, tão similares ao que já vinha sendo levantado no âmbito do Ministério da Educação, que não é descabido pensar que o assunto tivesse sido tratado por iniciativa do embaixador brasileiro, previamente instruído. Se essa iniciativa existiu, o Arquivo Capanema não permite concluir. Tampouco se ela se deveu ao ministro da Educação ou das Relações Exteriores. A oferta do presidente da Confederação Helvética teria sido, na realidade, efeito de uma sugestão de Osvaldo Aranha, apresentada pelo embaixador?

Num argumento que parece se contrapor às sugestões de Renault e assumidas por Capanema de se contratar professores para as escolas profissionais em vários países, o embaixador brasileiro na Suíça assim defendeu a contratação num único país:

Reunidos em turmas de especialidade técnica, professores, mestres, contra-mestres e artífices estariam habilitados a dar a seu ensino orientação harmônica que, de outro modo, não será possível, tão profundas são as diferenças de técnica de país a país, cada qual com aparelhos, ferramentas e demais utensílios de sua fabricação (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43 fotograma 289).

A carta do embaixador brasileiro em Berna foi analisada por Lycerio Schreiner, da Divisão do Ensino Industrial, que manifestou sua opinião em carta de 27 de julho de 1939 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43 fotograma 290 e 291). O melhor para o Brasil seria o estágio de nossos profissionais na Europa e nos Estados Unidos, embora essa alternativa exigisse tempo. Como solução de curto prazo, a contratação de professores estrangeiros se impunha. A Suíça seria a fonte mais conveniente desses profissionais, pelo seu reconhecido valor técnico e pela possibilidade de

⁶ Essa é uma referência surpreendente. A Suíça não era um país com força de trabalho industrial em situação de pobreza material.

serem escolhidos em zonas do país de língua francesa ou italiana, o que facilitaria o aprendizado da língua portuguesa pelos contratados.

Sete meses se passaram até que uma comissão nomeada pelo ministro Capanema apresentasse suas recomendações sobre a questão. Integrada por Francisco Montojos, diretor da Divisão de Ensino Industrial do ministério, Joaquim Faria Góes Filho, do Departamento de Educação do Distrito Federal, e Rodolfo Fuchs, inspetor do Ensino Industrial no Nordeste, a comissão encaminhou texto conclusivo a Capanema em 16 de fevereiro de 1940 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43 fotograma 283 a 287). A comissão recomendou que os profissionais fossem escolhidos num mesmo país, para ser assegurada a unidade técnica, “tão necessária à eficiência da aprendizagem”. Naquele momento, somente a Suíça, a Itália e os Estados Unidos poderiam “fornecer elementos de valor”. A Itália teria dificuldade de aprovar a saída de técnicos do país devido a sua política interna. Os norte-americanos teriam dificuldade no aprendizado de nosso idioma, além de possuírem um padrão de vida muito elevado, o que aumentaria nossas despesas. A Suíça, ao contrário dos outros dois países, somente ofereceria vantagens: alto desenvolvimento industrial, ensino profissional de elevada qualidade e o domínio de línguas latinas, o francês e o italiano, ensinadas em todas as escolas. Ademais, a legação brasileira em Berna já teria informado a existência de técnicos interessados em vir para o Brasil, o que contaria com o apoio do governo suíço.

A comissão recomendou, também, que os profissionais suíços fossem localizados, inicialmente, no Liceu Nacional, no Rio de Janeiro, combinando-se a eficiência de sua atividade conjunta com a possibilidade de fiscalização direta dos mesmos. Posteriormente, quando os técnicos estivessem “mais afeitos ao meio”, poderiam ser comissionados para desenvolver suas atividades em outros liceus da rede federal.

A seleção dos interessados em lecionar no Brasil seria feita, no entender da comissão, por um técnico brasileiro que se deslocaria para a Suíça, onde manteria contatos com as autoridades escolares, com os técnicos e com as empresas industriais. Todos eles deveriam ter concluído um curso profissional de segundo grau (*technicum*) e experiência na produção industrial. A minuta de sugestão de contrato de trabalho foi anexada ao relatório da comissão.

Cinco dias depois, o ministro Capanema solicitou do presidente Vargas autorização para iniciar as gestões para o contrato de professores na Suíça, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores e a atuação direta de um técnico do ministério. O presidente aprovou o procedimento e o nome

do emissário, Roberto Mange, suíço de nascimento e professor catedrático de Mecânica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, também atuante no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional⁷. Naturalizado brasileiro e vivendo no país desde 1913, Mange havia se destacado na adaptação do método germânico do ensino profissional mediante alternância escola-trabalho, que teve a mais alta expressão no Senai, instituição da qual ele veio a ser um dos principais dirigentes, desde a inauguração (cf. ZANATTA, 1991).

Enquanto as providências para a viagem de Mange eram tomadas no Brasil, com numerosas trocas de mensagens solicitando sua liberação das funções no Estado de São Paulo, bem como recursos junto ao Banco do Brasil, a *Gazette de Lausanne* noticiava, em 15 de março de 1940, que *On cherche des professeurs suisses pour le Brésil*. Mencionava o intento do governo brasileiro de explorar as riquezas do país, a falta de pessoal qualificado, a inauguração de grande escola industrial e a próxima chegada à Suíça de um funcionário do Ministério da Educação para contratar 27 professores. E assim termina a matéria: “Isso prova a estima que o Brasil tem pela Suíça” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 295).

O governo suíço não esperou pelas candidaturas espontâneas, e tomou a iniciativa de procurar por interessados. Em 5 de julho de 1940, o Departamento Político Federal enviou carta ao embaixador brasileiro com os nomes de 15 candidatos considerados adequados: oito em metal e eletricidade, quatro em madeira, dois em “trabalhos femininos” e um tapeceiro (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 302). Apenas três dos nomes indicados, nessa ocasião, vieram ao Brasil, um do primeiro grupo de especialidades e dois do segundo.

Roberto Mange partiu para a Europa em dezembro de 1940, para uma missão de três meses de duração. Antes da seleção dos candidatos suíços, ele deveria visitar instituições de ensino profissional na França e na Bélgica⁸.

O relatório que Mange encaminhou a Capanema, em 15 de maio de 1941 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografias 329 a 343), começou com uma apreciação menos otimista do que o do embaixador brasileiro, dois anos antes. A guerra na Europa teria mudado o panorama:

⁷ Ver o verbete sobre Roberto Mange no *Dicionário de Educadores no Brasil*.

⁸ A viagem foi realizada de navio do Lloyd Brasileiro até Lisboa. É possível que daí a Berna, Mange tenha prosseguido de trem. No relatório, ele sugere que a viagem dos contratados fosse feita de trem até Lisboa e de lá ao Rio de Janeiro em navio brasileiro. A viagem pelos países ocupados e pela Península Ibérica seria difícil, pela quantidade de pessoas e pelas dificuldades trazidas pela guerra. Mange previa a necessidade de dois vagões ferroviários especiais, um para os contratados e suas famílias, outro para as bagagens.

A atual intensa atividade industrial na Suíça, especialmente no setor da construção de máquinas, e as contingências de caráter militar trouxeram, como consequência imediata, boas possibilidades de emprego e, conseqüentemente, vieram dificultar o recrutamento de técnicos suíços para o Brasil. Porém, a incerteza do futuro levou muitos desses técnicos a se candidatarem para os cargos oferecidos pelo governo brasileiro no ensino profissional federal (Idem, *ibidem*).

Depois da propaganda inicial, houve 300 ofertas, mas a seleção concentrou-se em um terço desse número, sendo que 95 candidatos foram entrevistados. Para a divulgação e a montagem dos dossiês dos candidatos, o emissário brasileiro contou com a colaboração de duas entidades suíças: o *Office Federal de L'Industrie des Arts et Métiers et du Travail*, de Berna; e o *Service Technique Suisse de Placement*, de Zurique. Foram considerados os seguintes elementos: preparo técnico, prática industrial, experiência no ensino, atributos pessoais e condições de adaptabilidade. Os três primeiros elementos foram objeto de análise documental, mas os dois últimos foram aquilatados na entrevista pessoal. Concluído o processo seletivo, restaram 42 candidatos e 15 suplentes, todos eles atuantes na indústria ou em escolas profissionais. A maioria estava engajada no Exército Suíço, na época mobilizado, mas as autoridades militares não opuseram resistência a sua migração para o Brasil.

O contrato-padrão do governo brasileiro foi objeto de críticas pelos candidatos, o que levou Mange a sugerir a Capanema que ele fosse alterado em diversas cláusulas, principalmente nos seguintes pontos: os técnicos deveriam deixar a Suíça já com o contrato assinado, sem que dependessem de avaliação posterior pelo Tribunal de Contas; o “estágio probatório” deveria ser abolido, com estabilidade empregatícia por três anos; ajuda de custo para viagem e instalação deveria ser concedidas; rescisão do contrato pelo governo brasileiro dependeria de comprovação de não cumprimento das obrigações ou incapacidade técnica.

As ponderações de Mange foram aceitas por Capanema, que escreveu a Vargas, em 19 de maio de 1940:

Não pôde o professor Mange concluir os contratos, pois a nossa legislação estabelece condições que não seriam aceitas pelos técnicos europeus. Esses técnicos, que são empregados, que têm em seu país condições seguras de vida, não virão sem garantias de estabilidade e sem que lhes seja assegurada desde logo, desde antes de sua partida para o Brasil, a plena e irrevogável vigência dos contratos (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 283 a 287).

A reação de Vargas foi rápida e favorável, pois o decreto-lei nº 3.297, de 22 de maio de 1941, autorizou o ministro da Educação, nos termos por ele sugeridos, a fazer os contratos com professores estrangeiros para os estabelecimentos de ensino profissional federais, os quais teriam plena vigência desde o momento da assinatura das partes.

Os contratos foram assinados pelo embaixador brasileiro em Berna, com a interveniência do Departamento Político Federal da Suíça. Os termos eram padronizados. Eles estabeleciam o salário de cada um, variando conforme a especialidade e a qualificação; previam passagem para o contratado, esposa e filhos; tinham a duração de três anos, podendo ser renovados, se fosse do interesse do técnico contratado e do governo brasileiro; previa o exercício da atividade profissional em 44 horas semanais e dedicação exclusiva, no lugar que o ministro da Educação designasse; podia ser rescindido por iniciativa do contratado (que deveria devolver o valor da ajuda de custo e das passagens) ou pelo governo, caso ele demonstrasse incapacidade técnica, apurada por comissão designada pelo ministro (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotogramas 437 a 438).

Em janeiro de 1942, depois de muitas gestões, chegaram ao Rio de Janeiro os 29 técnicos suíços efetivamente contratados⁹. O cronograma favoreceu a contratados e contratante. No mês seguinte ao do desembarque dos técnicos no Rio de Janeiro, os submarinos alemães começaram a torpedear navios brasileiros, em navegação de longo curso e cabotagem. Eram eles, com as especialidades e a hierarquia que trouxeram consigo (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 469)¹⁰:

Alfredo Zuberbühler - assistente técnico de construção de máquinas
André Rochat - mestre-geral de cerâmica
Anton Dakitsch - mestre encadernador
Constantin Wuthrich - técnico especializado
Emil Bohren - mestre em soldas elétricas
Emil Kampf - assistente técnico, móveis e decorações de interiores
Ernst Kreis - mestre em aparelhos elétricos
F. Mattmuller Frey - técnico especializado
Friedrich Walter Brandi - mestre de operações de máquinas

⁹ Mange ainda entrou em contato com dois técnicos da mesma nacionalidade, que se encontravam na Argentina, mas eles não foram contratados, por razão desconhecida.

¹⁰ Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotograma 469. Foi mantida a ordem do documento, que não é exatamente a sequência alfabética nem a hierarquia funcional/salarial.

Fritz Spalty - técnico chefe em construção civil
Gaspar Stauffacher - mestre em mecânica de avião
Gustav Martin - técnico chefe de cerâmica
Hans Gwarder - mestre de ajustagem
Hermann Bart - mestre de mecânica de precisão
Hermann Steffen - mestre-geral de mecânica
Jahannes Sulser - mestre montador eletricitista
Josef Amhrein - mestre em soldas elétricas
Julius Forrer - mestre de mecânica e instrumentos de precisão
Marius Mercier - mestre de operação de máquinas
Max Dittrich - mestre em marcenaria
René A. Staempli - mestre de construção naval
Theodor Zeller - mestre em acabamento de móveis
Walter Egli - mestre-geral de mecânica
Theodor Leutweyler - mestre em formas de cimento armado
Werner Amacher - mestre escultor em madeira
Willy Burri - assistente técnico em construção de máquinas
Willy Rubli - assistente técnico de artes gráficas
Alfonso Martignoni - mestre de eletricidade
Enrico Martignoni - contramestre de eletricidade

Os contratados tinham três categorias funcionais, como técnicos, assistentes técnicos e mestres. Sua remuneração variava substancialmente, conforme a classificação recebida, de 4:000\$ (Wuthrich) a 1:500\$ (Stauffacher, Amrein, Sulser, Leitwyler, Amacher). Apesar dessa amplitude de categorização, eles foram denominados, coletivamente, de técnicos, em sentido amplo. A Escola Técnica Nacional foi a maior beneficiária do trabalho desses profissionais. Em 1944, quando da renovação dos contratos, ela empregava 16 dos 26 recontratados, enquanto os demais se distribuíram pelas escolas da rede federal em São Paulo (3), Curitiba (2), Belo Horizonte, Florianópolis, Pelotas, Salvador e Recife (as cinco últimas escolas, com um técnico suíço cada).

Constantin Wuttrich, o mais qualificado dos contratados, o que recebia salário mais elevado, o único que tinha o cargo de “técnico chefe de mecânica”, pretendeu rescindir o contrato, um ano depois de chegar. Em carta enviada ao diretor da Divisão de Ensino Industrial, Francisco Montojos, em 4 de fevereiro de 1943, ele pediu seu repatriamento, para o quê elencou as seguintes razões: não recebeu as aulas de português que lhe foram prometidas; ficou subordinado a um mestre de ofício, apesar de ter maior qualificação do que ele; a organização do ensino e a disponibilidade de materiais e equipamentos eram insatisfatórios; e os salários eram baixos. E assim finalizou o arrazoado: “só debaixo de circunstâncias todas especiais poderia concordar de encarregar-me do segundo ano da Escola Técnica” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC,

GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografamas 451 a 456).

Em 21 de julho de 1944, Montojos pediu a Capanema a renovação de 27 dos 29 técnicos suíços. A reclamação de Wuttrich foi em parte acolhida pelo diretor da DEI, que não só recomendou a renovação de seu contrato, como, também, sugeriu que ele recebesse “excepcional aumento de salário, pelas suas qualidades técnicas relevantes” (Cf. Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936 rolo 43, fotografamas 459 e 460). Não foi possível saber se Wuttrich recebeu o aumento sugerido nem se outras providências foram tomadas no sentido de atender pelo menos parte de suas demandas. Mensagem de Francisco Montojos a Carlos Drumond de Andrade, chefe de gabinete do ministro, informa outra razão de se manter o contrato até o fim do prazo estipulado, evitar a má repercussão que isso poderia causar no país de origem (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografia 457). O fato é que, em 1945, sua atuação estava prevista para a Escola Técnica Nacional.

O diretor da DEI recomendou que não fossem renovados os contratos de três suíços: Gaspar Stauffacher, técnico em aviação, especialidade não contemplada por nenhuma escola técnica; Emil Bohrem, por ter “pouco produzido”, mesmo sendo transferido para três escolas; e Willy Rubli, que “tem revelado não possuir as qualidades pessoais necessárias ao desempenho da função de educador” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografamas 459 a 460). Este último foi objeto de inquérito, mas acabou “isento de culpa”¹¹.

Em novembro de 1945, já terminada a guerra e findo o Estado Novo, o trigésimo técnico foi contratado – Ângelo Martignoni –, que se juntou a Enrico e Alfonso Martignoni, estes já no Rio de Janeiro havia três anos. No arquivo Capanema, sobre ele só foi encontrado um manuscrito datado de 10 de outubro de 1944, passando ao ministro a informação do diretor da Divisão de Ensino Industrial de que não havia verba para contratar Angelo Martignoni¹². Não foi encontrado pedido dele para ser contratado, mas, no ano seguinte, o ministério fez publicar no *Diário Oficial da União* o contrato do trigésimo técnico suíço, por dois anos, como professor de construção de máquinas, motores e aparelhos (Cf. *Diário Oficial da União*, 28/11/1945, seção 1, página 10). Esse contrato foi várias vezes renovado.

¹¹ O embaixador suíço, Henri Valloton, havia intercedido a favor de Rubli e recebeu de Capanema comunicação do resultado favorável ao técnico suíço (Cf. Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2 rolo 43, fotografia 464).

¹² O manuscrito não está assinado, mas tem as iniciais CD, possivelmente Carlos Drumond (de Andrade), chefe de gabinete do ministro (Cf. Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.26/2, rolo 43, fotografia 465).

A conexão norte-americana

Antes mesmo que os técnicos suíços chegassem ao Brasil, o Ministério da Educação já promovia a busca de modelos e docentes para a educação profissional nos Estados Unidos.

Em agosto de 1941, no mesmo mês em que foi formada a Comissão Militar Mista Brasil-EUA, culminância no processo de reorientação anti-Eixo do governo Vargas, carta de Carlos Martins Pereira e Sousa, embaixador naquele país, a Capanema, datada de 20 de agosto de 1941, revelou a existência de demanda expressa, pelo ministério, de técnicos norte-americanos para lecionarem no Brasil. A carta do embaixador anexou cópia da mensagem do dirigente da Comissão Comercial e Financeira do Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos, dando conta de que havia recebido “um considerável número de *applications*”, que lhe pareceram corresponder às demandas do Ministério da Educação do Brasil (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 35.12.00 - A).

Pelo que depreendi da correspondência depositada no Arquivo Capanema, em vez de os norte-americanos se dirigirem ao Ministério da Educação, contataram diretamente Roberto Mange, na época diretor do Departamento Regional de São Paulo do Senai, recém-criado. Carta enviada por ele ao ministro, em 25 de abril de 1942, diz que o coordenador de Assuntos Inter-Americanos, de Washington, cujo titular era Nelson Rockefeller, o havia incumbido (sic) de promover entendimentos urgentes para que fosse posto em prática “um novo plano visando a preparação técnica, rápida e em larga escala, de mão de obra destinada à defesa de guerra”. Mange relata já ter estado nos Estados Unidos, recentemente, quando estabeleceu, com aquele interlocutor, que a colaboração fosse feita nos seguintes setores industriais: construção naval, siderurgia, fabricação de armamentos, construção aeronáutica. Para isso, seriam montados, na rede existente de escolas industriais, técnicas e de engenharia, cursos monotécnicos, intensivos e de curta duração, para a preparação da mão de obra necessária ao esforço de guerra, como vinha sendo feito nos Estados Unidos.

Diante de urgência requerida pelos norte-americanos, Mange propôs a Capanema que fosse montada uma reunião, no ministério, com um representante de cada um daqueles quatro setores. Cópia da carta da proposta deve ter sido enviada ao ministro da Guerra, o general Eurico Dutra, que se dirigiu ao “prezado amigo e colega” de ministério, Gustavo Capanema. Em linguagem diplomática, Dutra manifestou incômodo com a desenvoltura

de Mange no contato com o coordenador de Assuntos Inter-Americanos, e sugeriu que a iniciativa seja transferida para o Ministério da Educação. Para participar dos entendimentos, indicou um coronel da Diretoria de Material Bélico.

O incômodo do ministro da Guerra não afetou os entendimentos com os norte-americanos. Tanto que, em 25 de junho de 1942, Mange notificou Capanema de que a reunião proposta havia sido realizada, com três representantes dos ministérios militares (inclusive o coronel indicado por Dutra) e um da siderurgia, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Euvaldo Lodi, à época já aderente ao projeto do Senai, cujo Conselho Nacional presidia. Aliás, os cursos sugeridos pela comissão foram exatamente os que a nova instituição se preparava para montar, em caráter emergencial, em todo o país. Mange concluiu a mensagem com a demanda de equipamento para o ensino, a ser fornecido pelos Estados Unidos; e de 36 instrutores, estes sim, especificados por especialidade, totalizando 36 pessoas.

Em 1943, a conexão alemã já não era lembrada por ninguém no Ministério da Educação, a conexão suíça estava ativada, com 29 técnicos em exercício nas escolas industriais do país, quando a conexão norte-americana começou titubeante.

Naquele ano o Brasil estava plenamente envolvido na guerra, já totalmente mundializada: bases aéreas e navais norte-americanas estavam instaladas em Belém, Fortaleza, Natal e Recife, apoiando os comboios de navios com suprimentos para o norte da África. A Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil participavam com os norte-americanos do patrulhamento do Atlântico Sul, contra os submarinos alemães e italianos. E a Força Expedicionária Brasileira estava em organização, para integrar os exércitos aliados na Europa.

Documento com timbre da Divisão de Ensino Industrial, sem data nem assinatura encontrado no Arquivo Capanema, intitulado “Técnicos Americanos”, lista os nomes de oito pessoas que teriam sido contratadas (sic) por Mange nos Estados Unidos, e que haviam chegado ao Brasil em maio de 1943 (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 36.05.26/2 III – 18 p.2). Comparando essa lista com a das especialidades elencadas um ano antes, o resultado é decepcionante. Não só o número era apenas um quarto do pretendido, como as especialidades não coincidiam com as especificadas. Tirando o eletroquímico, o fundidor e o armeiro, os demais eram estranhos à demanda anterior: dois especialistas em orientação e seleção profissional, além de dois agricultores. O armeiro logo retornou a seu país de origem, porque não conseguiu montar

oficina e sua esposa ficou doente (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 1936.05.2/62 rolo 43 fotograma 462). Os especialistas em produção agrícola foram transferidos para o ministério correspondente.

Ao contrário da Suíça, neutra na guerra, o governo norte-americano estava diretamente interessado no desempenho dos técnicos. O Ministério da Educação pagava um salário aos técnicos norte-americanos, que era complementado pela representação no Brasil da Coordenação dos Negócios Inter-Americanos, por intermédio do Instituto de Educação Internacional. Em reunião realizada em 12 de junho de 1943, com nove pessoas, do Ministério da Educação, da embaixada dos Estados Unidos e dois dos norte-americanos contratados, foram levantados problemas e soluções para a integração deles às atividades técnicas. Celso Suckow da Fonseca, diretor da Escola Técnica Nacional, disse que os norte-americanos frequentavam de modo irregular as aulas de português que tinham sido organizadas para eles, condição essencial para o desempenho eficiente de sua atividade. Em contrapartida, concluiu-se que os técnicos agrícolas deveriam ser realocados no Ministério da Agricultura e o armeiro, no Ministério da Guerra ou no da Aeronáutica; enquanto a Escola Técnica Nacional não tivesse condições de plena utilização dos contratados, que eles fossem empregados nas indústrias locais; que “as classes sejam organizadas para rapazes mais velhos, melhor preparados física e mentalmente que os atuais estudantes da Escola” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g b FRIELE, rolo 3, fotograma 459 e 460).

Em 30 de junho de 1943, o representante especial de Rockefeller, Berent Friele, enviou carta ao ministro Capanema referindo-se às anotações tomadas naquela reunião e, em linguagem diplomática, fez uma chantagem: os técnicos norte-americanos deveriam receber uma “designação efetiva dentro em breve”, caso contrário, eles seriam chamados de volta a seu país para ocuparem postos nas indústrias de guerra ou na frente de combate (Idem).

Ao contrário dos suíços, para quem Celso Suckow da Fonseca dirigiu elogios, apesar dos problemas de adaptação, os norte-americanos não receberam menção alguma do diretor da Escola Técnica Nacional.

Não foi possível saber por que Capanema pretendia prosseguir com a conexão suíça, quando a norte-americana já havia sido ativada.

Em 27 de março de 1945, quando a guerra estava praticamente acabada, o embaixador suíço pediu ao ministro especificação da demanda que ele havia manifestado de mais 50 técnicos para serem contratados pelo governo brasileiro (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 36.05.26/2 rolo 43, fotograma 470). Não há registro de resposta do ministro.

Capanema enviou carta a Vargas, em 14 de abril de 1945, informando que o representante no Brasil da Coordenação dos Negócios Interamericanos havia manifestado a criação, pelo governo norte-americano, da Inter-American Educational Foundation. A atuação dessa instituição no Brasil começaria pelo ensino industrial, que consistiria no oferecimento de bolsas de estudos naquele país de diretores, administradores e professores desse ramo do ensino médio, além da remessa de aparelhagem para as escolas da rede federal. O financiamento do acordo seria feito pelos dois governos, 250 mil dólares pelo norte-americano e o dobro disso pelo brasileiro, num período de três anos. O ministro informou o presidente de que sua pasta havia examinado a proposta e concluído pelo grande alcance da cooperação norte-americana para a melhoria de nosso ensino profissional” (Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC g 35.12.00 I – 19).

Jogo duplo ou súbita mudança de rumo, ditada pelas circunstâncias?

O que foi possível verificar é que Vargas respondeu positivamente a Capanema, mas as providências para o prosseguimento dos entendimentos foram feitas por seus substitutos no Ministério da Educação. Em 3 de janeiro de 1946, pouco mais de dois meses depois do golpe militar que pôs fim ao Estado Novo, foi firmado o acordo entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, que constituiu a Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI), a qual deu início a uma duradoura presença norte-americana nesse ramo do ensino. Em vez de professores norte-americanos virem ao Brasil, membros dos corpos docente e administrativo da rede federal do ensino industrial foram aos Estados Unidos para visitas e cursos; algum equipamento também veio, mas, principalmente, material didático (especialmente livros e filmes) que foi traduzido ou legendado para ampla distribuição¹³.

Conclusão

Em pouco menos de uma década (1936/45), num momento de grave conflito internacional, o Ministério da Educação, na gestão de Gustavo Capanema, buscou professores e modelos para o ensino industrial em três países: Alemanha, Suíça e Estados Unidos. Vital para o desenvolvimento do país e, particularmente, para o esforço de guerra, esse ramo do ensino não tinha alternativa interna de desenvolvimento, na amplitude demandada e na urgência ditada pelas circunstâncias, o que levou o ministério a buscar professores e modelos no exterior.

O primeiro destino foi a Alemanha, em 1936, país escolhido pelo rápido

¹³ Para uma análise da CBAI, remeto o leitor a Cunha & Falcão (2009).

crescimento industrial, pelo comércio crescente com o Brasil e pelo fascínio que a política nazista suscitava em quadros do Ministério da Educação. Sem disfarces, os setores situados mais à direita no espectro político aplicaram no nazismo suas expectativas para o Brasil. Admiradores da eficiência e das virtudes ideológicas nazistas, Antônio Leal de Sá Pereira e Rodolfo Fuchs, pretendiam que o ensino industrial se desenvolvesse no Brasil segundo o que viram na Alemanha, fosse pela vinda de consultores e professores, fosse pela adoção de seu etos. Resistências no interior do Ministério da Educação, movidas explicitamente pelo nacionalismo, importante componente da ideologia do Estado Novo, serviram para protelar as medidas sugeridas, até que a mudança da conjuntura internacional dirigiu a demanda brasileira para outro país.

A mudança da Alemanha para a Suíça não foi difícil. País industrializado, famoso pela excelência na mecânica de precisão, e tendo duas línguas neolatinas entre as oficiais, esse país tinha a vantagem de permanecer neutro na guerra. Nessa mudança de rumo, a importância da atuação de Roberto Mange é difícil de exagerar. Engenheiro nascido e formado na Suíça, vivendo no Brasil desde 1913, professor catedrático da Escola Politécnica de São Paulo, criador da Escola Profissional Mecânica junto ao Liceu de Artes e Ofícios paulista e primeiro diretor do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, Mange foi o principal emissário nos contatos que resultaram na contratação em Berna de 29 técnicos para lecionarem nas escolas técnicas industriais brasileiras.

O Arquivo Capanema não contém documento que registra a reação do ministro às recomendações de Fuchs, tão ostensivamente nazistas. Todavia, é possível estabelecer algumas afinidades com medidas de política educacional tomadas nos anos 1940.

A política de formação da força de trabalho industrial foi disputada pelos Ministérios da Educação e do Trabalho, sendo que este último esteve mais próximo do “modelo alemão”, o da “oficina-escola”, enquanto aquele estava mais afinado com o “modelo francês”, calcado na “escola-oficina”. Entre as duas políticas e os dois ministérios, Vargas decidiu por ambas(os): a “lei” orgânica do ensino industrial orientou-se pela “escola-oficina” e o Senai, pela “oficina-escola”. A educação moral e cívica foi explícita nas “leis” orgânicas que Capanema promoveu a partir de 1942, sendo que ela foi mais enfatizada no ensino secundário, o destinado à formação das “individualidades condutoras”, cuja inspiração autoritária é notória.

Vale a pena questionar o benefício que os técnicos suíços teriam trazido para o ensino industrial brasileiro. Mesmo sabendo que um balanço está por

seu feito, cabe transcrever o depoimento de Celso Suckow da Fonseca, que foi diretor da Escola Técnica Nacional, onde a maioria deles atuou:

Os primeiros tempos foram difíceis para os técnicos suíços e para as autoridades brasileiras que com eles trataram. A viagem fora feita antes das escolas estarem em condições de recebê-los, de maneira que, ao aqui chegarem, não encontrando as instalações já prontas e não estando a par das dificuldades burocráticas, pois vinham das indústrias, começaram a provocar questões e a criar problemas. Como não podiam trabalhar desde logo, alguns deles foram empregando suas atividades em indústrias particulares, o que fez surgir dificuldades adicionais, quando se tornou necessário seu serviço na Escola. Nem todos foram úteis ao ensino industrial. Da atuação de muitos deles, entretanto, houve um real benefício para a aprendizagem, pois eles se revelaram bastante competentes, introduzindo em nosso meio métodos modernos de trabalho. Aos poucos, à medida que os contratos foram terminando, uns tantos voltaram à Suíça, porém a maioria permaneceu no Brasil, trabalhando em indústrias que fundaram. De qualquer forma, o efeito da missão suíça foi benéfico ao nosso país (FONSECA, 1960, vol. II: 285).

A julgar por quem teve a responsabilidade direta de lidar com eles, houve problemas de ambos os lados – da burocracia do Ministério da Educação, dos estabelecimentos escolares, mas, também, dos suíços. O saldo favorável é inequívoco no depoimento do autor da *História do ensino industrial no Brasil*.

Vários dos técnicos suíços permaneceram aqui, onde desenvolveram parte substancial de sua vida profissional. Menciono aqui apenas dois dos Martignoni¹⁴, que publicaram livros em suas especialidades, de amplo e prolongado emprego nas escolas técnicas da rede federal, como também em outras. Alfonso publicou 12 livros de eletrotécnica e eletrônica; Angelo publicou dois livros, um sobre medidas elétricas e outro sobre eletroquímica.

Como vimos, também por iniciativa de Capanema, a busca de professores e modelos nos Estados Unidos se processou, mesmo antes do desembarque dos suíços no Rio de Janeiro. Alguns profissionais norte-americanos foram contratados e vieram para o Brasil, para o quê Mange foi mais uma vez engajado. Todavia, Celso Suckow da Fonseca não lhes dedicou uma palavra sequer. Parece que, além de poucos em número, eles não deixaram contribuição apreciável.

¹⁴ Enrico Martignoni retornou ao país natal.

Todavia, nos últimos dias da Segunda Guerra Mundial, que eram também os do Estado Novo, definia-se outro formato na cooperação internacional, que só se concretizou em 1946, mediante acordo firmado pelo governo provisório, alguns meses após a deposição de Vargas. Foi a Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI), que produziu efeitos até 1962, quando foi extinta, suas funções sendo assumidas por outro organismo de cooperação. Em vez de professores, as escolas técnicas da rede federal, bem como as de outros sistemas, receberam consultores norte-americanos e enviaram docentes aos Estados Unidos para aperfeiçoamento e visitas técnicas; material bibliográfico foi traduzido e/ou adaptado; e cursos foram promovidos em diversos lugares do país, ministrados por brasileiros egressos dos cursos montados no país e no exterior.

Da vinda dos técnicos suíços e da cooperação norte-americana, mais a adoção do modelo alemão da “oficina-escola”, mas sem o “espírito” nazista que tantos queriam trazer junto com ela, foram gerados dois sistemas de educação profissional que se destacaram nas décadas seguintes: um sistema público, o das escolas técnicas industriais federais; e um sistema *sui generis*, privado no financiamento e na gestão, mas imposto ao patronato por decreto-lei, o Senai.

Uma última palavra, agora sobre as oscilações político-ideológicas das políticas de contratação de professores estrangeiros para as instituições educacionais brasileiras no período em foco.

Alguns anos antes de começarem as sondagens para a contratação de professores e a adoção de modelos educacionais alemães para as escolas profissionais brasileiras, duas instituições universitárias recém-criadas também foram buscar na Europa docentes para completar seus quadros. A Universidade de São Paulo, iniciativa do governo estadual paulista em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira no ano seguinte, no âmbito da prefeitura do DF, tinham como características comuns a oposição à tendência autoritária que crescia no governo federal. Daí que as contratações recaíram sobre docentes que buscavam no estrangeiro amparo para a liberdade de pensamento. A USP contratou, inicialmente, para sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 13 professores europeus (dos quais seis franceses, quatro italianos e três alemães). Eles foram contratados por pouco tempo; uns renovaram os contratos, outros foram substituídos. De 1934 a 1942, trabalharam nessa instituição 45 professores estrangeiros, mais alguns assistentes de laboratório. Nesse último ano havia 22 professores estrangeiros na universidade, seis dos quais desde a sua criação. Entre eles, havia três judeus europeus, que lecionaram na Faculdade de Direito. O pátio das arcadas, onde estão os restos mortais de professor luterano falecido

em 1841 (que não pôde ser enterrado no cemitério público, portanto católico), foi transformado em local de referência à liberdade política e ideológica. Ao lado do túmulo do jovem alemão do século XIX, foi fixada, em 2005, placa alusiva a três professores europeus perseguidos em seus países, que trabalharam naquela faculdade durante a Segunda Guerra Mundial.

Tão logo a Universidade do Distrito Federal foi criada, foram contratados sete professores na França, que chegaram ao Rio de Janeiro no ano seguinte. Outros professores estrangeiros vieram lecionar na UDF, que, todavia, sofreu intervenção em fins de 1935, resultado da inflexão autoritária do governo federal. Em 1939, a instituição foi extinta, e seus docentes foram incluídos nos quadros da Universidade do Brasil.

Em suma, enquanto as duas universidades pautaram as contratações por um critério liberal de liberdade de pensamento, o que permitiu a vinda de docentes de diversas orientações políticas e ideológicas, as iniciativas do Ministério da Educação foram dirigidas para o Terceiro Reich. Só não vingaram por causa da inflexão da política externa do governo brasileiro, determinada pela mudança do panorama pré-bélico na Europa. Gustavo Capanema, que havia sondado o Terceiro Reich, enviando entusiastas funcionários a Berlim, concretizou a contratação de professores para as escolas técnicas industriais na neutra Suíça e mudou seu foco, oportunamente, para os Estados Unidos, tão logo as correlações de força reposicionaram o Brasil no panorama internacional.

Referências

- BOMENY, Helena (org.) (2001) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (1995) *Educação e integralismo: um estudo sobre estratégias de organização da ação integralista brasileira (1932-1937)*. Tese de doutorado em Educação. Universidade de São Paulo.
- CUNHA, Luiz Antônio (2005a) *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo/Brasília, Flacso-Brasil/Editora da Unesp.
- (2005b) *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo/Brasília, Flacso-Brasil/Editora da Unesp.
- CUNHA, Luiz Antônio & FALCÃO, Luciane Quintanilha (2009) "Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962)". *Revista Contemporânea de Educação* (Rio de Janeiro), v. 4, nº 7, jan/jul, p. 148-173. Disponível em <http://www.educacao.ufrj.br/contemporanea.html>.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque & BRITTO, Jader de Medeiros (orgs)

- (2002) *Dicionário de Educadores no Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro: MEC-INEP/Editora da UFRJ.
- FONSECA, Celso Suckow da
(1960) *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 2 vols.
- FUCHS, Rodolfo
(1941) "O ensino profissional na Alemanha". *Formação – Revista Brasileira de Educação* (Rio de Janeiro), ano IV, nº 32-34.
- GOMES, Ângela de Castro (org.)
(2000) *Capanema: o ministério e seu ministério*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- LOPES, Sonia de Castro
(2006) *Oficina de mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ.
- MACHADO, Maria Lucia
(2010) *Racionalidade, trabalho e "harmonia social": configurações do projeto de modernização brasileira e ensino industrial na Escola Técnica de Curitiba (1930-1960)*. Tese de doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- MOURA, Gerson
(1983) "A revolução de 1930 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade?". In: *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro/Brasília: FGV-CPDOC/Editora UnB, p. 573-596.
- (1980) *Autonomia na dependência – a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PANDOLFI, Dulce (org.)
(1999) *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro
(2000) *Tempos de Capanema*. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/FGV.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva
(1983) "O difícil aprendizado do nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942". *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro/Brasília: FGV-CPDOC/Editora UnB, p. 623-643.
- TRINDADE, Helgio
(1974) *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/Porto Alegre: DIFEL/UFRGS.
- ZANATTA, Marisa (org)
(1991) *De homens e máquinas*. São Paulo: SENAI-SP.

Recebido em
fevereiro de 2013

Aprovado em
maio de 2013

ANEXO

Cópia da comunicação que me foi feita por um dos diretores desta seção da Arbeitsfront com relação à consulta feita sobre a possibilidade de serem empregados professores técnicos especializados.

Documento



Die Deutsche Arbeitsfront

Amt für Arbeitsführung und Berufserziehung

Deutsches Reich: Die Deutsche Arbeitsfront
Amt für Arbeitsführung und Berufserziehung, Berlin W 57, Potsdamer Str. 73

Herrn Professor
Antonio Leal de Sà Pereira
Z. Zt. B e r l i n W.,

Kurfürstendamm 43
Pension Mara.

Abteilung:

Geschäftsführung

Berufserziehung 64 (Postfach) 3448

Berlin - Schöneberg, Kottbuser Damm 87-91

am 15. Mai 1936.

Ihre Zeichen:

Ihre Nachricht vom:

Meinere Zeichen: Br./Ba.

Schrift:

Sehr geehrter Herr Professor,

es war mir eine Freude, Ihnen bei Ihrem gestrigen Besuch über das Berufs- und Fachschulwesen Deutschlands Auskunft geben zu können. Als Ergänzung zu meinen Ausführungen erhalten Sie von meinem Mitarbeiter, Herrn Messarius, eine schriftliche Aufstellung über den Aufbau und die Gestaltung des deutschen Fachschulwesens.

Wie ich schon bei meiner Unterredung erklärte, wird der Aufbau eines gewerblichen Berufsschulwesens in Ihrem Lande nach deutschem Muster unter Berücksichtigung der brasilianischen Verhältnisse nur dann ohne Rückschläge möglich sein, wenn Sie für den Anfang durch einen unserer Fachleute eine genaue Untersuchung der jetzigen Schulverhältnisse Ihres Landes vornehmen lassen, der dann auf Grund seiner Erfahrungen Ihrer Regierung einen Bericht mit den entsprechenden Vorschlägen vorzulegen in der Lage ist. Dieser Experte hätte dann die Möglichkeit, auf Grund genauer Kenntnis Ihrer Verhältnisse den Aufbau des gewerblichen Schulwesens vorzuschlagen. Erst nach einem derart grundlegenden Vorschlag wird es sinnvoll sein, Lehrkräfte und Betriebspädagogen aus Deutschland für den Aufbau des Berufs- und Fachschulwesens einzusetzen.

Ich bin gern bereit, Ihnen bei dem weiteren Verfolg dieser Angelegenheit mit Rat und Tat zur Seite zu stehen und Ihnen alle Wege zu eröffnen, die der Erledigung Ihres Auftrages dienlich sind.



Heil Hitler

(Bremhorst)

855